



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Com o advento da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG, torna-se obrigatória a realização dos estudos preliminares, cujo fim é galgado no municiamento de conhecimento suficiente a tornar o objeto executável nos moldes legislativos vigentes, cominado com o atendimento das especificidades do ICMBio, cuja implementação se dará dentro e para o desenvolvimento sustentável da matéria ambiental, econômica e sociocultural.

As aquisições realizadas pelo aparelho público produzem, inegavelmente, significativo impacto na atividade econômica nacional, haja vista o volume de recursos aplicados, os quais, em sua maioria, refletem a boa prática de políticas públicas. Neste diapasão, mister é ressaltar que o planejamento bem elaborado propicia contratações futuras estruturadas e potencialmente eficazes e eficientes, posto que a realização de estudos precedentes à contratação delinea o conhecimento necessário e escorreito às metodologias existentes no mercado, resultando no melhor municiamento técnico e qualidade do gasto aplicado à gestão ordinária dos recursos públicos.

Adiante, em cumprimento à Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05 de 2017, o presente levantamento aponta os prismas que assegurarão a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, galgando todas as etapas previstas no Art. 24, §1º da referida Instrução. Não obstante, será parte do estudo em comento o levantamento do gerenciamento de riscos, com sua posterior materialização.

É válido elucidar que, a utilização da Instrução Normativa nº 05/2017 elaborada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dispõe em seu caput sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Assim sendo, como a classificação do instrumento objeto do Estudo em comento se enquadra nas atribuições da IN nº 05/2017, utilizaremos as diretrizes do instrumento normativo por pertinência junto ao objeto, e se utilizará os modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União em sua plataforma digital para a instrução do Processo por completo.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Justifica-se o presente em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, incluindo materiais e ferramentários, para atendimento do ICMBio em âmbito nacional, sob demanda, haja vista a real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Órgão.

1.2. A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição servicial pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, límpido é o entendimento, *in verbis*:

"4. DEFINIÇÕES DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."

1.3. Municípios do entendimento supra, complementa-se a justificativa, ainda, com a necessidade de constantes realizações de intervenções as quais estão subconceituadas pelo diploma suso mencionado: adaptar, conservar, consertar, demolir, instalar, manter, montar, operar, reparar e transportar. Vejamos:

1.3.1. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar alterar visando adaptar obras, este será designado reforma.

1.3.2. Consertar: Promover um bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado: corrigir defeito ou falha.

1.3.3. Conservar: Conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto.

1.3.4. Demolir: Ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou sua parte.

1.3.5. Instalar: Atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.

1.3.6. Manter: Preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.

1.3.7. Montar: Arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.

1.3.8. Operar: Fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.

1.3.9. Reparar: Fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.

1.3.10. Transportar: Conduzir de um ponto a outras cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.

1.4. Destaca-se que os serviços de manutenção preditiva total, os quais também se enquadram na espécie de serviços de engenharia, não serão objeto da contratação pretendida. Da mesma forma, não serão contemplados contratação os seguintes serviços de engenharia: elaboração de projetos, consultoria técnica envolvendo elaboração de laudos, pareceres e avaliações, bem como assistência técnica à fiscalização de obra.

1.5. A Lei nº 8.666/93, que subsidiariamente é aplicada ao Pregão, estabelece nos incisos I e II do artigo 6º:

‘I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;’

1.6. Importante destacar a segregação que a solução apresenta para as atividades de obras de engenharia, as quais não serão objeto de atuação do ICMBio nesta contratação. Define-se por obra as atividades cujas características estão pautadas na ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem na qual são indispensáveis os conhecimentos técnicos específicos, em função da avultada técnica demandada. Assim define a OT – IBRAOP 02/2009:

7.1. A obra é um conjunto de serviços que, agregados, se complementam e formam um todo com função definida e completa.

1.7. Sobre o tema destacamos a reforma, espécie do gênero Obras de Engenharia, que merece destaque especial em função de ter em sua composição os serviços comuns de engenharia. Todavia, o caráter mais simplificado dos serviços comuns de engenharia, faz com que tenha uma maior oferta de empresas capacitadas em executar os serviços, concedendo o aumento da competitividade no certame. Além disso, o objeto vislumbrado na licitação permite que os serviços de engenharia sejam executados sem que haja intervenções mais avultadas que uma obra de reforma exige. Isto porque, partindo do filão de caráter preventivo da solução, à medida em que os serviços de engenharia forem sendo executados tempestivamente, diminui-se potencialmente a probabilidade de que haja a necessidade de intervenção de reforma naquele mesmo imóvel num determinado lapso temporal. Isto porque, a contratação pretensa alonga a vida útil do imóvel, impedindo o desgaste de várias partes da edificação, mantendo a sua funcionalidade e adequando às novas técnicas ou materiais.

1.8. Cabe ressaltar que o grau de complexidade do que será executado é fator condicionante à escolha do tipo de licitação a ser feita. Portanto, conclui-se que o caráter técnico a ser empenhado nos serviços comuns de engenharia proporciona à administração um dispêndio orçamentário a menor não somente na licitação por meio da modalidade Pregão à luz da Lei 10.520/00, impulsionada pela grande variedade de fornecedores no mercado em função de suas próprias características, mas também por se tratar de uma só licitação para atendimento a nível nacional. Além disso, cumpre mencionar a utilização de sistema de registro de preços de acordo com as hipóteses, as quais permitem-se sua adoção, trazidas pelo Decreto 7.892/2013.

1.9. Em recente levantamento feito pelo ICMBio para elaboração de Laudos de Avaliação Ambiental emitidos nos termos da Orientação Normativa nº 06, de 18 de março de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instruídos no processo sob nº 02127.000813/2017-55, foram verificadas as condições físicas dos ambientes de trabalho dos servidores do Órgão, em suas diversas Unidades, com as mais distintas condições de trabalho. Desta forma, a partir de laudo fotográfico foi possível verificar o cenário hodierno de parte das edificações do Instituto, as quais possuem os mais diversos formatos e tipos construtivos.

1.10. Importante frisar que a grande maioria das Unidades de Conservação e a totalidade das Unidades Administrativas Descentralizadas do ICMBio possuem instalações prediais/físicas para a alocação de pessoal da carreira de Especialista em Meio Ambiente (Servidores Públicos), bem como colaboradores de apoio técnico operacional/administrativos. Nestas instalações estão localizadas as Sedes Administrativas, Centros de Pesquisa e suas respectivas Bases Avançadas, Unidades de Administração e Finanças – UAAF's, Coordenações Regionais, e, por óbvio, as administrações dos Parques e Florestas Nacionais, Reservas, Áreas de Proteção Ambiental, entre as demais Unidades de Conservação do Órgão. Por consequência, não se pode olvidar que todo o compêndio físico contempla a alocação de estruturas de trabalho, materiais de pesquisas e de brigadas, suprimentos e até mesmo elementos da fauna e flora, seja para pesquisa ou intervenções recuperativas, sendo estritamente necessária as atividades rotineiras. Assim, o foco da atividade deverá estar pautado nas medidas de contingenciamento de casos onde há desgaste, não raro, em função da higidez comprometida pela falta de conservação ou pela própria depreciação da edificação.

1.11. Não obstante, mira-se ainda, com a implementação do presente objeto, a viabilidade de ações definidas no Mapa Estratégico do ICMBio, quais sejam, melhorias nos imóveis sob seu domínio e, ato contínuo, promover ampliações no uso público das Unidades de Conservação, majoração do aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das UCs, bem como o fortalecimento da comunicação e a imagem institucional do Órgão, através de mecanismos obreiros que viabilizem a consolidação das intervenções de serviço de engenharia necessários ao atingimento da missão institucional.

1.12. Por derradeiro, é imperioso destacar que consta no Mapa Estratégico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – 2015/2018, disponível no site do Órgão, a ampliação da consolidação territorial das Unidades de Conservação, coadunado cabalmente com o objetivo do presente estudo, tornando viável todo o arcabouço necessário para a estruturação logística e administrativa para o funcionamento das Unidades de Conservação.

1.13. Por fim, atendendo-se as disposições legais trazidas pela Constituição Federal, mais precisamente em seu art. 23, que trata de atribuir ao Estado e a seus agentes públicos a responsabilidade sobre a preservação do Patrimônio Público, é cediço que a contratação pretensa, tem o condão de fazer cumprir com o Diploma Pátrio. Neste sentido

trazemos também o disposto no art. 37, §6º, que destaca a responsabilidade atribuída aos agentes públicos em caso de qualquer dano causado a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

2.1. Como referência a outros instrumentos de planejamento podemos citar as recentemente levadas à cabo pelo ICMBio, porquanto os procedimentos guardam todas as etapas previstas nos normativos de regência, bem como sofrem o controle da Procuradoria Federal Especializada, quais sejam, a contratação para a Prestação de Serviço de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva, realizada por SRP, mediante pregão eletrônico, para execução mediante o regime de empreitada por preço unitário (Processo: 02204.000178/2015-84) e a licitação para contratação de serviços de engenharia, que atualmente encontra-se em fase de publicação do certame (02204.000115/2018-71). Ressaltamos que o objeto ao qual cinge-se a pretensa licitação guarda algumas peculiaridades que devem ser observadas ao longo do presente estudo e demais peças que compõem os autos processuais, muito embora reflitam elementos de interseção que viabilizaram as contratações anteriormente citadas, quer seja na caracterização dos serviços, quer seja na escolha do tipo de certame, bem como no regime de execução escolhidos, de acordo com a legislação correlata.

2.2. Importante destacar que a referência desses processos e suas mecânicas de atuação permitiram que a presente proposta fosse implementada em âmbito do ICMBio sob tal modelagem. Isso porque as dinâmicas que foram desenhadas em processos anteriores mereceram adequações nas suas concepções de modo a refletir de forma mais eficiente, ser calcada na técnica usual de mercado, bem como a intercomunicação entre os serviços para fim de dar atendimento ao escoreito funcionamento das UC's, resguardando a integridade do patrimônio, bem como viabilizando a promoção de melhores condições de trabalho para dirimir as questões de retardamento das políticas públicas.

2.3. O diagnóstico das contratações anteriores demonstrou a carência do Instituto em definir assertivamente o real estado de degeneração das estruturas. Da mesma forma, foi verificado que a ausência da uniformização de dados, literaturas e demais informações, impediu que o ICMBio tivesse um dado geral das demandas, tendo em vista a inexistência de levantamento das áreas das edificações as quais são imprescindíveis. Isto porque, não se pode olvidar que o levantamento das áreas a serem atendidas pelo contrato, é um fato imprescindível para o planejamento do Órgão.

2.4. A visão da Autarquia Federal é a de ser conhecida pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de Unidades de Conservação. Neste caudal, faz-se necessário o profícuo planejamento de cada um dos objetivos que pretende alcançar. O planejamento adquiriu status de verdadeiro Princípio da Administração Pública com o advento do Decreto-Lei n.º 200/1967, mormente na redação de seu art. 6º que dita: “As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I – Planejamento (...)”

2.5. Neste passo, juntamos ao presente Estudo, o Mapa Estratégico do ICMBio – Ciclo 2015-2022, que tece a via de planejamento institucional comportando em seu regramento geral a modernização tecnológica do Instituto, de modo que se desenvolvam instrumentos para minimizar os riscos de qualquer empreendimento. O gerenciamento de riscos pauta-se na consciência e reconhecimento de que as políticas e ações delas decorrentes são, naturalmente, expostas a riscos, entendidos estes como a incerteza em torno de um resultado superveniente; a probabilidade de que determinado evento, seja ele bom ou mau, ocorra no futuro.

2.6. No setor público, a grande preocupação do administrador é que sua conduta deve pautar-se no dever de cuidar do público em sentido lato. Nessa medida, os riscos devem ser administrados, controlados, haja vista que o norte das condutas deve ser a proteção e atendimento do interesse público. Com vistas ao cumprimento destes objetivos, tem-se por verdadeira a premissa de que o planejamento é inseparável de toda a atividade administrativa, inclusive quando se trata de realizar procedimentos licitatórios e contratações públicas, já que por meio destes instrumentos os administradores podem definir as prioridades que devem ser atendidas, em que medida se dará tal atendimento e o tempo em que se verificará. O ciclo da gestão técnica (planejamento, execução, controle e avaliação), deve reunir elementos suficientes para uma visão global do objeto da contratação para tornar favorável a obtenção de resultados positivos e eficazes para o interesse público.

2.7. É com vistas na obtenção de resultados que assegurem o cumprimento da missão institucional do órgão, que a gestão esteja pautada não só na conservação do Meio Ambiente, como também em toda a estrutura administrativa que propicia o primeiro objetivo, ou seja, também deve ser foco de investimento e cuidado, a conservação de seu próprio patrimônio imobiliário, suas edificações, de modo que possa estar se viabilizando o melhor aproveitamento da força de

trabalho, com equipamentos e infraestrutura suficiente para a realização dos demais elementos que compõem o objetivo Institucional, haja vista que a Autarquia se manifesta diante da sociedade brasileira com a missão de “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”[1].

2.8. Foi verificada a pertinência e a possibilidade de efetuar a licitação pretensa sem conflitar com as diretrizes do Governo relativas à Racionalização de gastos da Administração Pública, conforme análise previa realizada na Portaria SEGES/MPDG nº 17, de 07 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U nº 28, de 08 de fevereiro de 2018, pág. 158, seção 1.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação pretendida tem como objeto a prestação de Serviços de Engenharia, que deverão ser claramente definidos para fim de utilização do contrato, ou seja, o campo de atuação dos profissionais na demanda deve ser límpido. Assim, para delimitar os serviços a serem executados considerar-se-á os fatores que classificarão a demanda como sendo serviço de engenharia conforme fluxograma do Instituto Brasileiro de Auditoria e Obras Públicas, notadamente na sua Orientação Técnica 02/2009, Anexo I. Vejamos:

“O objeto a ser contratado deverá estar perfeitamente caracterizado. A partir dessa caracterização será feita a análise de enquadramento;

2. Verificar se para a realização do objeto a ser contratado será necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Se a condição do item 2 não for verdadeira, não é obra ou serviço de engenharia.

3. Se a condição do item 2 for verdadeira, verificar se para a realização do objeto trata-se ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem;

4. Se para a realização do objeto a ser contratado confirmem-se os itens 2 e 3, enquadra-se como Obra de Engenharia;

5. Se a condição do item 3 não for verdadeira, verificar se a realização do objeto é atividade tal como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir;

6. Se para a realização do objeto a ser contratado confirmem-se os itens 2 e 5, enquadra-se como Serviço de Engenharia;

7. Se a condição do item 5 não for verdadeira, verificar se a realização do objeto trata-se de serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento;

8. Se para a realização do objeto a ser contratado confirmem-se os itens 2 e 7, enquadra-se como Serviço de Engenharia;

9. Se a condição do item 2 ou do item 7 não forem verdadeiras, não é obra ou serviço de engenharia.”

3.2. Tendo em vista que a contratação pretensa trata de atividade regulamentada pela Lei nº 5.194/66, sendo o objeto prestação de serviços de engenharia, o pacto deverá ser estritamente direcionado para empresa especializada, que possua em seu quadro profissional técnico, habilitado nos termos da resolução 218/73 CONFEA, e/ou ainda nos termos da Lei 12.378/2010, regularmente inscritos nos seus respectivos órgãos de Classe, permitindo-lhes, então, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT. Requisitar-se-á ainda do contratado a comprovação de experiência técnica aplicada na área da engenharia civil, com a demonstração de realização de obras e serviços de engenharia compatíveis com o Rol Balizador de serviços (SEI 3738805).

3.3. Requisitar-se-á ainda comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da contratação, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação. A empresa apresentará sua Capacidade Técnica (CT) levando-se em conta: o acervo técnico do engenheiro ou arquiteto de construção de edificações com no mínimo 200m² de área; acervo técnico de engenheiro ou arquiteto de construção de estruturas simultânea combinada; serviços de instalação elétrica de edificações com no mínimo 200m² de área construída; capacidade de construção em área rural ou em área de urbanização baixa ou precária; experiência de construção em áreas protegidas, reservas indígenas, quilombolas, unidades de conservação e congêneres, com atribuição de pontuação máxima de 24 (vinte e quatro) pontos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇOS, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

4.1. Em estrito cumprimento às disposições contidas no Decreto 7.983/2013, tendo em vista que o objeto do presente é a execução de Serviços de Engenharia, para fins de estimativa de custos, considerar-se-á o valor do metro quadrado por Estado, definido a partir de levantamento do custo unitário dos serviços, incluindo insumos e mão de obra, estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

4.2. O Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI, que traz as diretrizes para a orçamentação de obras de serviços de engenharia, reza que os atributos para orçamentação são: (I) aproximação: devendo haver uma estimativa do que irá ser gasto; (II) especificidade: considera-se as peculiaridades de cada local do serviço demandado. (III) temporalidade: o orçamento é feito com parâmetros de custos de um determinado período, e “Apesar da possibilidade de reajuste por índices, existem flutuações de preços individuais dos insumos, alterações tributárias, evolução dos métodos construtivos, bem como diferentes cenários financeiros e gerenciais”.

4.3. Não obstante, visando dar o máximo de subsídios aos licitantes e em estrito cumprimento ao compêndio supra, incumbiu-se esta Unidade de efetuar um levantamento aproximado das áreas edificadas de todos os imóveis do ICMBio, considerando sedes administrativas, portarias, alojamentos, garagens, centros de operações, casas de apoio, sanitários, guaritas, laboratórios, viveiros e demais edificações que façam parte das Unidades e serão contemplados com o contrato: Rio de Janeiro 16.300m²; Minas Gerais 16.820m²; São Paulo 22.600m²; Espírito Santo 6.530m²; Paraná 2.350m²; Rio Grande do Sul 4.590m²; Santa Catarina 6.360m²; Distrito Federal 6.500m²; Goiás 6.692m²; Mato Grosso do Sul 116m²; Mato Grosso 3.619m²; Piauí 3.300m²; Ceará 2.860m²; Pernambuco 10.930m²; Rio Grande do Norte 1.380m²; Paraíba 5.675m²; Sergipe 214m²; Maranhão 1.360m²; Acre 2.270m²; Rondônia 8.265m²; Amazonas 7.410m²; Roraima 1.885m²; Amapá 2.230m²; Tocantins 693m²; Pará 7.560m²; Alagoas 120m².

4.4. Com base neste levantamento serão considerados para cada Estado da Federação um percentual de atendimento de acordo com a série histórica do ICMBio, bem como a atual demanda do Órgão levando em conta os aspectos construtivos e de degradação dos imóveis. Desta forma, para fins de estimativas de preços, de acordo com os parâmetros trazidos neste estudo, as áreas serão consideradas para formação de preços estimativos, sendo o atendimento sob a demanda de cada Unidade.

4.5. A cobertura de atendimento almejada na pretensa contratação será para todas as Unidades. Contudo, para atendimento da demanda considerar-se-ão os critérios de prioridade na seguinte ordem: (I) Prioridade máxima: edificações onde o dano causado apresente alto risco para seus usuários; (II) Prioridade média: Edificações que estejam pondo em risco equipamentos ou que acarretem em danos ao bem público ou privado; (III) Atendimento eventual: Edificações em que os serviços não apresentem nenhum dos riscos acima elencados e que não esteja comprometendo o seu funcionamento.

4.6. Em verificação aos aproximadamente 42 contratos de Obras e Serviços de Engenharia firmados, 90% foram possibilitados através da execução de Licitação Nacional, sendo possível atender cerca de 40 (quarenta) unidades ambientais só no ano de 2014 já nos demais anos, cerca de 100 (cem) unidades foram beneficiadas com a execução de Obras ou Serviços de Engenharia. Portanto, ainda há de se observar um cenário de grande carência quanto a execução de serviços de engenharia com o condão de salvaguardar o patrimônio Público. Portanto, para fim de dimensionamento de demandas, serão considerados a série histórica de atendimentos do ICMBio, e o fator de degradação e depreciação dos imóveis.

4.7. Além dos preços parametrizados pelo SINAPI “não desonerado”, em consonância com o já esposado no presente, e em conformidade com as Súmulas 253/2010, 254/2010 do TCU, bem como o Acórdão 2622/13, será definido o percentual médio do BDI de 25% (vinte e cinco por cento). Destaca-se que para composição dos custos considerar-se-ão: (I) administração Local; (II) mobilização e Desmobilização; (III) Instalações e Manutenção de Canteiro; (IV) Seguros e outros. À exemplo, destacamos a remuneração da equipe de administração e gestão técnica da obra (engenheiros, mestres de obra, encarregados, almoxarifes, apontadores, secretárias, etc.); equipamentos não considerados nas composições de custos de serviços específicos (gruas, cremalheiras, etc.); custos com a manutenção do canteiro (água, energia, internet, suprimentos de informática, papelaria, etc.); mobilização e desmobilização de ativos considerando seus locais de origem e a localização da obra; dentre outros, conforme Acórdão TCU nº 325/2007-Plenário.

4.8. Para a estimativa cálculo considerou-se o custo unitário dos serviços e materiais da do SINAPI por Estado, considerando as principais etapas construtivas e as principais patologias cujo ocorrências foram verificadas a partir da série histórica do ICMBio. Assim, a partir dos quantitativos do cenário das estruturas do ICMBio e das demandas levantadas, foi possível obter o total geral dos custos dos serviços incluindo insumos e mão de obra. Portanto verificou-se:

4.8.1. Área total de edificações das Unidades;

4.8.2. Percentual de atendimento de acordo com a série histórica e o cenário hodierno;

4.8.3. Valor do m² dos serviços de engenharia com base na soma dos insumos e mão obra aplicado sobre o quantitativo de metragem total das áreas edificadas de cada Unidade de Conservação, no âmbito do ICMBio;

4.8.4. Tendo em vista o comportamento das execuções contratuais correlatas levadas à cabo pela Autarquia, considerar-se-á o quantitativo de metragens quadradas para os serviços de engenharia arbitrado para cada Estado, conforme tabela:

Item	Descrição	Quantidade estimada de M² arbitrada para os serviços de engenharia	Valor do M² estimado
1	RIO DE JANEIRO	1800	R\$ 1.388,96
2	MINAS GERAIS	1800	R\$ 1.162,49
3	SÃO PAULO	1800	R\$ 1.278,44
4	ESPIRITO SANTO	1175,4	R\$ 1.157,84
5	PARANÁ	423	R\$ 1.271,02
6	RIO GRANDE DO SUL	826,2	R\$ 1.237,80
7	SANTA CATARINA	843,38	R\$ 1.268,20
8	DISTRITO FEDERAL	1170	R\$ 1.186,41
9	GOIÁS	1204,56	R\$ 1.184,10
10	MATO GROSSO / MATO GROSSO DO SUL / TOCANTINS	797,04	R\$ 1.537,02
11	PIAUÍ	594	R\$ 1.122,66
12	CEARÁ	514,8	R\$ 1.131,46
13	PERNAMBUCO	680,4	R\$ 1.197,94
14	BAHIA	1800	R\$ 1.163,10
15	RIO GRANDE DO NORTE	248,4	R\$ 1.103,53
16	PARAIBA	1021,5	R\$ 1.158,33
17	ALAGOAS / SERGIPE / MARANHÃO	304,8	R\$ 1.544,62
18	ACRE	408,6	R\$ 1.237,38
19	RONDÔNIA	1487,7	R\$ 1.123,43
20	AMAZONAS	1333,8	R\$ 1.220,97
21	AMAPÁ	1338	R\$ 1.205,59
22	RORAIMA	339,3	R\$ 1.218,94
23	PARÁ	1360,8	R\$ 1.203,13

4.8.5. Esclarecemos que alguns itens do certame em conteúdo serão destinados à execução serviçal em mais de uma Unidade Federativa Pátria. Como pode ser visto na tabela acima, os itens 10 e 17 contemplam: os estados do MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS no primeiro; ALAGOAS, SERGIPE e MARANHÃO no segundo. Tal aglutinação se deu em virtude da diminuta necessidade de intervenção existente nas regiões dada a proporção de áreas construídas, se comparadas aos demais estados.

4.8.6. Desta forma, de acordo com o já esposado, o dispêndio orçamentário previsto para a contratação pretensa e a descrita abaixo:

Item	Descrição	Quantidade estimada de M² arbitrada para os serviços de engenharia	Valor do M² estimado	Valor global estimado
1	RIO DE JANEIRO	1800	R\$ 1.388,96	R\$ 2.500.128,00
2	MINAS GERAIS	1800	R\$ 1.162,49	R\$ 2.092.482,00
3	SÃO PAULO	1800	R\$ 1.278,44	R\$ 2.301.192,00
4	ESPÍRITO SANTO	1175,4	R\$ 1.157,84	R\$ 1.360.925,14
5	PARANÁ	423	R\$ 1.271,02	R\$ 537.641,46
6	RIO GRANDE DO SUL	826,2	R\$ 1.237,80	R\$ 1.022.670,36
7	SANTA CATARINA	843,38	R\$ 1.268,20	R\$ 1.069.579,59
8	DISTRITO FEDERAL	1170	R\$ 1.186,41	R\$ 1.388.099,70
9	GOIÁS	1204,56	R\$ 1.184,10	R\$ 1.426.319,50
10	MATO GROSSO / MATO GROSSO DO SUL / TOCANTINS	797,04	R\$ 1.537,02	R\$ 1.225.066,42
11	PIAUÍ	594	R\$ 1.122,66	R\$ 666.860,04
12	CEARÁ	514,8	R\$ 1.131,46	R\$ 582.475,61
13	PERNAMBUCO	680,4	R\$ 1.197,94	R\$ 815.078,38
14	BAHIA	1800	R\$ 1.163,10	R\$ 2.093.580,00
15	RIO GRANDE DO NORTE	248,4	R\$ 1.103,53	R\$ 274.116,85
16	PARAÍBA	1021,5	R\$ 1.158,33	R\$ 1.183.234,10
17	ALAGOAS / SERGIPE / MARANHÃO	304,8	R\$ 1.544,62	R\$ 470.800,18
18	ACRE	408,6	R\$ 1.237,38	R\$ 505.593,47
19	RONDÔNIA	1487,7	R\$ 1.123,43	R\$ 1.671.326,81
20	AMAZONAS	1333,8	R\$ 1.220,97	R\$ 1.628.529,79
21	AMAPÁ	1338	R\$ 1.205,59	R\$ 1.613.079,42
22	RORAIMA	339,3	R\$ 1.218,94	R\$ 413.586,34
23	PARÁ	1360,8	R\$ 1.203,13	R\$ 1.637.219,30

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Da desnecessidade de realização de pesquisa de preços

6.1. Nos termos do Decreto n.º 7.983/2013, assim como nas leis de diretrizes orçamentárias vigentes, é obrigatória a utilização do sistema SINAPI na elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do orçamento das União, com exceção apenas para aqueles itens que não podem ser relacionados à construção civil ou que não estejam contemplados no referido sistema, ocasião em que a estimativa de

custo será verificada por meio do uso de dados contidos em tabela de referência formal aprovada por órgãos ou entidades da Administração.

6.2. Tecido esse esclarecimento, a realização de pesquisa de preço em obras e serviços de engenharia somente terá lugar quando for impossível a utilização de um dos sistemas mencionados nos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto 7.083/2010. Devemos observar, ainda, que toda a descrição contida na planilha de custos, mormente no que se refere aos insumos que serão utilizados, é realizada de forma objetiva nas peças que formam a instrução do procedimento, de modo que procura evitar a apreciação subjetiva por parte dos licitantes. Houve, igualmente, o cuidado de discriminar a unidade de medida aplicável para a precificação, utilizando padrões aceitos pelo INMETRO.

6.3. Por conseguinte, o orçamento detalhado juntado ao presente estudo, com o cálculo estimado dos serviços indica todas as etapas componentes do empreendimento de forma geral, com os quantitativos expressos em unidade de medida e insumos expressos também de forma objetiva.

Da definição os serviços

6.4. Primordial que se faça uma definição sobre o que seria Serviço de Engenharia tendo em vista que a adoção da modalidade licitatória elegida, depende essencialmente desse fator.

6.5. O Parecer n.º 75/2010/DECOR/CGU/AGU esclarece o tema tratando por obra de engenharia a alteração significativa, autônoma e independente sendo vedada, para o caso, a adoção do pregão. Em caso contrário, ou seja, quando não houver alteração significativa estaremos diante de serviços de engenharia onde o não há óbice para a adoção do Pregão. Há similitude com o conceito trazido pelo IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), conforme a Orientação Técnica IBR n.º 02/2009.

6.6. Marçal Justen Filho leciona que nos serviços há a preponderância de obrigação de meio, enquanto nas obras há obrigação de resultado e adota conclusão semelhante ao afirmar que na “contratação de uma obra, prepondera o resultado, consistente na criação ou modificação de bem corpóreo” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª Edição, pág. 95).

6.7. Podemos concluir que serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou que vise proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa ou bem material existente. Não se cria coisa nova. Prevalece, por conseguinte, a ideia de novidade como fator discriminante entre obra e serviço. O serviço consiste em conserto, conservação, operação, reparação ou manutenção de bem material já construído ou fabricado ou, ainda, na montagem ou instalação de objeto em algo existente. O serviço de engenharia tem por fito manter ou aumentar a eficiência de utilidade de bem existente e, porque tais serviços não guardarem maior complexidade e possuírem especificações usuais no mercado, devem ser obrigatoriamente licitações licitados por pregão.

Da Classificação dos Serviços como Comuns para Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico

6.8. Destacamos ainda que, a utilização da modalidade Pregão para serviços de engenharia encontra resguardo na Lei 10.520/02, na Súmula TCU n.º 257, e nos Acórdãos TCU-Plenário n.º 1947/2008, 2664/2007, 2635/2007, 2482/2007, 2079/2007, 709/2007, 2272/2006, 1329/2006 e nos Acórdãos TCU n.º 286/2007 e 817/2005, da primeira câmara, e 5226/2008, da segunda câmara e na Orientação Normativa AGU n.º 54/2014.

Classificação como comuns

6.9. Segundo a Parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520/02 são serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações de mercado.

6.10. O Núcleo do conceito de bem ou serviço comum, segundo Marçal Justen Filho reside nas características da prestação a ser executada em prol da Administração Pública. Isso significa que o Pregão poderá ser adotado sempre que a Administração puder localizar no mercado, sem qualquer dificuldade, o objeto de que necessita. Quanto à característica de padronização, a mesma presta complemento àquela consubstanciada no conceito de disponibilidade no mercado próprio. Isto porque, um bem ou serviço somente estará disponível no mercado próprio, no momento em que verificar sua padronização, que poderá, por exemplo, ser decorrente de regras técnicas formalmente adotadas por entidades especializadas, como por exemplo: a ABNT. Quanto a terceira característica para considerar-se um bem como comum, está a aptidão do bem padronizado destituído de peculiaridades diferenciais e complexas. O bem é

comum porque não apresenta características peculiares. A sua contratação é adequada nos casos em que qualquer bem padronizado é apto a satisfazer as necessidades administrativas.

6.11. O Tribunal de Contas da União vem se manifestando nesse sentido como se observa de vários acórdãos exarados pelo órgão. É tão nítida a possibilidade de caracterização do presente objeto como comum que o próprio TCU editou súmula para orientar a Administração. Vejamos:

Súmula TCU 257

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

6.12. Pelo exposto, para o caso concreto, esta Administração enquadra o objeto do certame como comum para fins de cumprimento da legislação.

Viabilidade do SRP

6.13. Torna-se viável o registro de preço para eventual futura contratação, como acima descrito, com regime de execução por preço unitário e sob demanda, remunerando a eventual contratada unicamente pelos serviços efetivamente prestados.

6.14. Lastreiam o pretendido os seguintes normativos: O Decreto 7892/13, o Parecer nº 10/2013-CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, o Parecer nº 00247/2017/COMAD/PFE-ICMBio/PGF/AGU, o Parecer nº 378/2014/PFE-ICMBio-Sede/PGF/AGU, o Despacho nº 0301/2014/PFE-ICMBio-Sede/PGF/AGU, o Parecer nº 246/2014/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa, o Parecer AGU/CGU/NAJ/SP nº 0411/2010 – VVS, STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MS Nº 15.647 – SP (2002/0153711-9) Acórdão nº 2899/2012-Plenário-TCU, na mesma linha comunga relevante parte da melhor doutrina em Direito Administrativo tais como os Professores Jacoby , Marçal e Diógenes Gasparini.

Da escolha do Sistema de Registro de Preços e da Empreitada por Preço Unitário - Imprevisibilidade da Demanda e Remuneração pelos valores de serviço definidos na planilha auferidos pelo custo da metragem quadrada.

6.15. Os regimes de contratação para execução conforme as demandas são entendidas como ajustes nos quais o quantitativo fixado não pode ser determinado com precisão, razão pela qual se prevê uma estimativa a ser executada de uma área de aproximadamente por Unidade de Conservação conforme surja a necessidade (demanda) da Administração contratante, conforme já anteriormente esposado no presente.

6.16. Na situação dos serviços, a forma de execução dos contratos está prevista no art. 10, da Lei nº 8.666/1993, que diz:

“Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (Vetado),

d) tarefa;

e) empreitada integral. (grifo nosso)

6.17. No caso da empreitada por preço unitário é possível que a Administração contrate por uma quantidade estimada e pague os montantes conforme eles forem executados. Nessa hipótese, a principal diferença entre a empreitada por preço unitário e as demais reside na forma como será aferida a remuneração do contratado.

6.18. Segundo Lucas Rocha Furtado A distinção entre as diferentes modalidades de empreitada reside no critério que será utilizado para remunerar o contratado. Na empreitada por preço unitário, são definidas as unidades a serem executadas (v.g: m², m³, ou, como no caso, Hora de Serviço Técnico) e a remuneração será feita em função do que for executado. Assim, por exemplo, se a Administração decide construir uma estrada, poderá definir as unidades em quilômetros de asfalto, ou em metros quadrados (é evidente que a qualidade do asfalto desejado deverá estar igualmente especificada no contrato), e à medida que forem sendo executadas as unidades (quilômetros, metros

quadrados etc.), conforme definido no cronograma físico da obra, será feita a remuneração da empresa contratada, nos termos do cronograma financeiro. Essa modalidade de empreitada é a que mais convém à Administração, em face de ser a modalidade que melhor identifica o valor a ser pago ao contratado.

6.19. Todavia a única diferença entre as modalidades de empreitada não está apenas no critério utilizado para remunerar o contratado. É fato que em alguns casos é possível se fazer a empreitada por preço global, por preço unitário e até a empreitada integral. No entanto, em algumas situações só é possível - ou ao menos recomendável - que o Poder Público se valha da empreitada por preço unitário. Essa situação ocorre quando a quantia a ser contratada não pode ser precisada pela Administração na fase de planejamento, como no caso. De tal sorte, vale fazer menção ao quanto dito no Curso de Auditoria de Obras Públicas, ministrado no âmbito do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União:

“A Lei de Licitações conceitua a empreitada por preço unitário como sendo o regime de execução no qual se contrata a execução da obra ou o serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão.”

6.20. Desse modo, a empreitada por preço unitário pode ser utilizada como contratação para execução conforme a demanda, o que não pode ocorrer nas demais modalidades de empreitada. Geralmente, esse regime de medida por preço unitário é utilizado nos ajustes no qual o objeto é um serviço contínuo (art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993), porém cuja quantidade a ser demandada só pode ser definida na execução do contrato, tal qual acontece nos serviços de correio, passagem aérea, transporte de carga e no presente caso.

6.21. Destacamos também que o Tribunal de Contas da União já decidiu pela regularidade do uso do SRP nos casos de serviços continuados, desde que a situação concreta se encaixe em um dos incisos do regulamento.

6.22. Segundo preleciona o Decreto 7892/13 é facultada a utilização do Registro de preços é permitida nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (Grifo nosso).

6.23. Os serviços, objetos do presente estudo, enquadram-se nos incisos II e IV do artigo 3º do Decreto 7892/13, porquanto, pela sua natureza não é possível quantificar o número específico de demandas que sobrevirão à Administração Pública. Não obstante, surgindo a demanda, quando conveniente à sua contratação, a remuneração será feita com base na metragem quadrada prevista para cada item constante de planilha, utilizado como parâmetro de referência o valor do metro quadrado, conforme uso corriqueiro do mercado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A utilização de parâmetro balizador para a realização do certame, qual seja o estabelecimento dos tipos de serviço que poderão ser executados por meio do contrato e a forma de precificação por unidade de medida determinada outorgam certa precisão ao certame, muito embora não se possa precisar o número de demandas no universo singular que a Autarquia representa. Assim, a escolha da modalidade licitatória, bem como o regime de execução mostram-se as mais adequadas como meio de viabilizar a execução das estratégias para cada de unidade de conservação que necessitem dos serviços visando assim adimplir das finalidades institucionais.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Dada a precedente descrição da solução, cabe esclarecer que a contratação será dividida em 23 itens de acordo com o demonstrativo abaixo:

Item	Descrição
1	RIO DE JANEIRO
2	MINAS GERAIS
3	SÃO PAULO
4	ESPÍRITO SANTO
5	PARANÁ
6	RIO GRANDE DO SUL
7	SANTA CATARINA
8	DISTRITO FEDERAL
9	GOIÁS
10	MATO GROSSO / MATO GROSSO DO SUL / TOCANTINS
11	PIAUÍ
12	CEARÁ
13	PERNAMBUCO
14	BAHIA
15	RIO GRANDE DO NORTE
16	PARAÍBA
17	ALAGOAS / SERGIPE / MARANHÃO
18	ACRE
19	RONDÔNIA
20	AMAZONAS
21	AMAPÁ
22	RORAIMA
23	PARÁ

8.2. Esclarecemos que os itens que abrangem mais de um Estado foram aglutinados em virtude de sua diminuta necessidade de intervenção, haja vista que a área construída dos referidos Estados é pequena em relação aos demais itens.

8.3. Isto porque, não se pode olvidar, que se trata de medida mais econômica à Administração Pública, pois a probabilidade de se obter menores preços ofertados é majorada quando há o fracionamento da solução em detrimento à realização de item único. Não obstante, os moldes adotados privilegiam a ampla competitividade com grande primor pelo fato de erigir o ganho à economia de escala, evitando-se a defasagem econômica. Não menos importante, o modelo de fracionamento de itens por Unidades da Federação fortalece a fase externa licitatória no que tange a possibilidade de itens desertos e/ou fracassados, pois, pela viabilidade técnico-econômica ora incerta no procedimento, a participação de licitantes na totalidade de itens é, historicamente[16], assegurada.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Como já demonstrado no presente instrumento, a demanda hodierna voltada à execução dos serviços em conteúdo é variável, imprevisível e está presente em âmbito nacional. Adiante, é de amplo conhecimento que os custos envolvidos na realização de procedimento licitatório são suportados pela Máquina Pública, tornando-se dispendioso a realização de procedimentos licitatórios isolados para o atendimento de demandas unitárias, pois conforme estudo realizado pelo Instituto de Negócios Públicos, eis os custos médios para a realização de um certame:

9.1.1. Identificação da Necessidade de bens ou serviços: R\$ 1.051,51

9.1.2. Análise e aprovação do levantamento: R\$ 726,99

9.1.3. Realização de pesquisa de mercado de valores e quantidades: R\$ 2.561,07

9.1.4.Determinação da modalidade e projeto básico ou termo de referência: R\$ 2.095,44

9.1.5.Elaboração das minutas do instrumento convocatório e seus anexos: R\$ 3.954,17

9.1.6.Abertura da fase externa licitatória: R\$ 1.475,27

9.1.7.Demais atos de continuidade e finalização do certame (Aceitação, adjudicação, homologação): R\$ 2.487,35

9.1.8.Do exposto, retém-se o valor médio de R\$ 14.351,50 (quatorze mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) a cada realização de procedimento licitatório, levando em consideração, ainda, que os valores aplicados no estudo foram consolidados no ano de 2015, sendo inegável, a prática de valores majorados no cenário pátrio contemporâneo.

9.1.9.Dessa forma, almejou-se a realização do certame galgado em uma única via, contemplando o atendimento das demandas nacionais, com o fim de atender o planejamento do Órgão e, não menos importante, evitar o dispêndio pecuniário da realização de atos separados.

9.1.10. Ademais, é de suma importância destacar que utilização do Sistema de Registro de Preços (ora adotada) é consentânea à ideia concretizada de realização de um único procedimento de licitação, evitando-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de uma mesma seara servicial, estabelecendo-se, por pertinência lógica, uma rotina aperfeiçoada de aplicação dos Princípios da Economicidade e Eficiência, uma vez que presente está a expansão potencial do universo de fornecedores cominada com a economicidade e agilidade indispensáveis à aquisição de bens e, como no caso em pauta, serviços.

9.1.11. Não obstante, a aplicação do SRP contribui com a evolução significativa do planejamento institucional, pois naquele está contido o caráter facultativo da aquisição dos serviços licitados, sendo assim, o Órgão dispõe de discricionariedade de agir conforme as demandas que se demonstrem necessárias, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos orçamentários disponíveis.

9.1.12. A partir de levantamento aprofundado da série histórica de comportamento dos certames que culminaram na contratação de empresas especializadas em obras e serviços de engenharia para atendimento das Unidades Descentralizadas do ICMBio em âmbito nacional, verificou-se uma relação extensiva no ganho de economia de escala através de percentual de desconto aplicado sobre o valor global da contratação. Desta forma, é possível verificar a economia nas contratações nacionais com este formato negocial através das amostras a seguir:

9.1.13. Concorrência 02/2013, contrato 05/2013 (Serviços executados no estado do Acre) - processo administrativo nº 02204.000126/2013-46, desconto de 14,32% aplicado sobre o valor global da contratação.

9.1.14. Concorrência 02/2013, contrato 06/2013 (Serviços executados no estado do Amapá), processo administrativo nº 02204.000129/2013-80, desconto de 18,03% aplicado sobre o valor global da contratação.

9.1.15. Obtém-se a partir dessas estáticas, a ratificação dos termos contidos no item 7, pois os estados do ACRE e do AMAPÁ ocupam a 25ª e 26ª posição – respectivamente - no ranking de arrecadação das indústrias, disponibilizado pelo Portal da Indústria[17], e, com a adoção do parcelamento da solução por unidade federativa, obteve-se, a contrario sensu dos indicativos, o desconto médio de 16,20% cominado com o afastamento da possibilidade de deserção do certame para as localidades.

9.1.16.Em contrapartida, vejamos os números de licitação realizada para uma demanda pontual, voltada para a execução no estado de Santa Catarina (6ª posição do ranking supramencionado), através da modalidade de Tomada de Preços – em razão do valor a ser contratado:

9.1.17. Tomada de Preços nº 02/2015 – licitação acostada aos autos processuais nº 02204.000263/2014-61. Desconto final aplicado sobre o valor global: 1,8%.

9.1.18. Pelo até aqui exposto, resta evidente que os resultados almejados estão voltados à economicidade e escoreta execução do objeto, dados os moldes internos de planejamento e a solução externa de operação da licitação, que dá o ensejo à ampla competitividade e posterior adequação dos quantitativos adquiridos.

10. PROVIDENCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1. Sobre o aspecto de sustentabilidade, visa-se atender o disposto no Decreto nº 7.746/2012 e a Lei nº 12.349/2010 que introduziu no art. 3º da Lei 8.666/93 com objetivo de programar a implementação de contratos sustentáveis para a Administração, tendo assim a obrigação de promover o desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações feitas pela administração federal direta, autarquias e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

10.2. As diretrizes de sustentabilidade trazidas pelo Decreto nº 7.746/12 são:

“I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

“VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras (BRASIL, 2012b).”

10.3. Deve-se prever para a eficácia e eficiência da implantação do presente estudo as diretrizes elencadas e destacadas no Decreto nº 7.746/12, e complementamos com os destaques recentes para tornar robusta a contratação como a recente legislação sancionada pelo Presidente da República, a Lei nº 13.647/18 que obriga a instalação de equipamentos que inibam e evitam o desperdício de água em banheiros destinados ao público, além da implantação do disposto na Lei nº 10.098/00 com as alterações dadas pela Lei 13.443/17, estabelecendo a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência inclusive visual, ou com mobilidade reduzida, ficando ainda necessária a aplicação do disposto na Lei nº 13.146/15 que implementa o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

10.4. Com o intuito de atender a legislação vigente, fica clara a necessidade de aplicação de contratação que auxilie na execução das adaptações necessárias para a utilização consciente dos recursos hídricos, através da instalação de equipamentos de redução de desperdício de águas e também de energia, além de se fazer constar no planejamento da Administração, as iniciativas de inclusão a pessoa com deficiência, verificando-se a possibilidade de atender a legislação, com o objetivo de evitar-se a criação de barreiras ou entraves sendo de característica urbana ou arquitetônica.

10.5. Tendo em vista que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem um papel junto à sociedade Brasileira, quer seja no âmbito de proteção, quer seja no controle do uso dos recursos, ou com a preservação do meio ambiente no território nacional, tendo ainda em suas unidades de conservação a visitação de pessoas, urge a necessidade de viabilizar o presente registro de preços para futura eventual contratação objeto do presente estudo, com o objetivo primordial de atender a necessidade do Órgão, cumprindo os ditames da Lei e mantendo o atendimento a todas as Unidade do ICMBio. Busca-se tratar com isonomia toda a população, viabilizando a aplicação de equipamentos facilitadores, bem como a realização de Serviços de Engenharia com caráter adaptativo, além da preservação e manutenção do patrimônio imobiliário.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Respeitados os parâmetros e cumpridas as condicionantes presentes até aqui, o feito se demonstra fiel à legislação pertinente pátria, sendo bastante consentâneo à Administração, nos termos e prazos estimados e devida fiscalização.

[1] Disponível em: (http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf) Acesso em: 21 maio 2018.

[2] Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/sinapi_201804_2.shtm> Acesso em: 21 de maio 2018.

[3] Disponível <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx> Acesso em: 21 de maio 2018.

[4] Disponível: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/em-cinco-anos-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente-cair-13-bilhao-diz-estudo.ghml>. Acesso em: 21 de maio 2018.

[5] Disponível em: <https://www.cegef.ufg.br/up/124/o/Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_obras_p%C3%BAblicas.PDF>

[6] Em conformidade com o disposto no Acórdão 2.622/13

[7] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/sinapi_201707caderno.pdf acesso 21/08/2017>.

[8] Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-encargos-sociais-memorias-de-calculo/ENCARGOS_SOCIAIS_MEMORIA_DE_CALCULO.pdf acesso 21/08/2017>.

[9] Performance Bond é uma espécie de seguro-garantia de origem norte americana, utilizada no Direito Administrativo brasileiro como forma de assegurar a plena execução do contrato.

[10] Nota Técnica STF 01/2007 trás modelo equivalente. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfEstudoSci/anexo/BDI_03102008.pdf acesso 21/08/2017>

[11] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/refbasicas.shtm>

Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-encargos-sociais-sem-desoneracao/SINAPI_Encargos_Sociais_A_PARTIR_DE_MARCO_2016.pdf acesso 21/08/2017>.

[12] Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro_SINAPI_Metodologias_e_Conceitos_Versao_Digital_2a_Edicao.pdf> Acesso em: 31 de ago. de 2017.

[13] Disponível em: http://www2.fab.mil.br/ala3/images/editais/reforma_eletrica_5eta/BDICOM.PDF acesso 21/08/2017

[14] Mozart Bezerra da Silva, em seu livro 'Manual de BDI', 1ª Edição, 2006 (p. 56 e 57)

[15] Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic#SelicAcumulada> acesso 21/08/2017.

[16] Inexiste histórico de licitações realizadas por esta Unidade Descentralizada com itens desertos, quando da realização do parcelamento da solução por Unidade Federativa, conforme pode ser verificado no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

[17] Disponível em: <http://www.cobreap.com.br/2013/> Acesso em: 16 maio, 2018.

[17] Disponível em: <http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/ranking>. Acesso em 22.maio, 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Faria Bizzo, Analista Ambiental**, em 21/08/2018, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **3733549** e o código CRC **C2F6789C**.